



ESPECIAL

LÍDERES

da transição climática

PESSOAS, REGULAÇÃO, LICENCIAMENTO E REDE SÃO DESAFIOS

A transição energética não pode deixar as pessoas para trás. É preciso expandir a rede de transporte e distribuição de eletricidade para acomodar novos projetos renováveis. Licenciamento dos projetos tem de ser mais rápido. O país deve manter estabilidade regulatória para continuar a atrair investimento.

ANÁLISE

Pessoas não podem ficar para trás na nova era ■ P2

ESTRATÉGIA

Transição climática é prioridade para grandes empresas ■ P4

JE TALKS

Rogaciano Rebelo
CEO da Madoqua Renewables

“Infelizmente, tudo vai custar muito mais do que pensava” ■ P6



FÓRUM

Em que medida o PRR vai ser importante para o sector nos próximos anos? ■ P7

EDITORIAL

As pessoas não podem ficar para trás na nova era



André Cabrita-Mendes
Subdiretor do Jornal Económico

Milhões de euros de investimentos e centenas de megawatts. Ao escrever e ler sobre o mundo da energia, é normal que os grandes números sejam abordados, tal a dimensão dos projetos. Mas por vezes esquecemo-nos das pessoas cuja vida é afetada pelo encerramento de centrais a carvão ou de refinarias ou pela implementação de projetos de energia renovável. Nas empresas contactadas pelo JE para este especial é dado o enfoque à questão das pessoas e das populações locais: e a mensagem é simples, as pessoas não podem ficar para trás. A transição energética não pode avançar destruindo postos de trabalho; estes têm de ser reconvertidos para permitir que os trabalhadores continuem a ter uma fonte de rendimento, por vezes em locais sem outras oportunidades de trabalho. Por outro lado, os projetos de energia renovável têm de ser feitos com os devidos cuidados ambientais e envolvendo as populações locais. Em décadas de implementação de projetos de energia renovável, entre centrais hídricas, eólicas e solares, as populações locais têm recebido bem estes novos projetos. Tem havido o interesse das empresas de envolverem os ‘stakeholders’ locais, entre autarquias e população. Este caminho tem de continuar a ser feito para evitar fenómenos como “not on my backyard” [no meu quintal, não!] que tem força em vários países da Europa. Mas há outras lições a reter para o futuro e vários desafios a superar para Portugal atingir as metas no seu caminho para a transição climática: a rede de transporte e distribuição de eletricidade tem de ser expandida para poder acomodar os novos projetos de energia renovável; o licenciamento de projetos tem de ser mais rápido para os promotores avançarem rapidamente para a construção das suas centrais; a estabilidade regulatória é essencial para atrair investimento nacional e estrangeiro para o sector energético português. Objetivos a serem retidos na Rua do Século e nos restantes centro do poder energético em Portugal. ■

ANÁLISE

Transição energética não pode ser feita sem as pessoas

Empresas do sector energético destacam a importância das pessoas nos seus projetos. A transição não pode ser feita sem o envolvimento das populações locais e sem a conversão de postos de trabalho.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@medianove.com

Portugal, tal como a União Europeia no seu todo, tem metas ambiciosas nos próximos anos, para alcançar a neutralidade carbónica no longo prazo, em 2050. O país tem de atingir uma meta de energias renováveis de 47%, reduzir as emissões de gases de efeitos estufa entre os 45% a 55% ou de atingir os 35% na eficiência energética.

Várias empresas do sector energético já começaram a fazer o seu caminho para a transição energética e partilham com o Jornal Económico a sua visão.

A Finerge começa por elogiar o caminho que tem sido feito nas últimas décadas no país. “Portugal tem sido, justiça seja feita, dos países mais ambiciosos no contexto europeu no que toca ao estabelecimento de metas de descarbonização. E o resultado disso é que o mix energético português sofreu uma mudança de paradigma muito significativa nas últimas duas décadas, permitindo uma importante incorporação de renováveis no sistema elétrico e uma maior independência energética que, como se percebe no atual contexto, é absolutamente crítica para o país”, segundo fonte oficial.

Mas a elétrica liderada por Pedro Norton defende que o ritmo deve ser mais elevado. “Mas a verdade é que isto não é suficiente: a velocidade a que decorre esta transição está longe de ser a que nos permite chegar às tão importantes metas do acordo de Paris. Aliás, para dar respostas às metas do PNEC 2030, do FiT for 55 e do REPowerEU, Portugal precisa de instalar até 2026 cerca do dobro da potência renovável que foi instalada entre 2000 e 2022. É uma tarefa ciclópica”.

Também no campo da transição energética, a companhia defende

que é “preciso acelerar os projetos de gases renováveis, em particular o hidrogénio verde, dado que têm um indiscutível potencial para desempenhar um papel muito importante para potenciar a descarbonização de setores da economia que são dificilmente eletrificáveis”, sublinha.

A produtora de energias renováveis defende que é preciso ultrapassar quatro grandes desafios: “O primeiro é garantir que há uma mais rápida expansão da rede de transporte e distribuição, que é o maior constrangimento existente, até

porque os problemas de infraestruturas não podem ser resolvidos individualmente pelos promotores”.

Depois, a “complexidade e morosidade dos processos de licenciamento. O Governo parece estar seriamente empenhado em melhorar a situação (o Simplex para as renováveis é um sinal disso mesmo) mas ainda temos de perceber se, no terreno, os processos efetivamente melhoram”.

Em terceiro, a companhia também destaca a “estabilidade regulatória. Este é um sector capital intensivo onde os investimentos se fazem a muito longo prazo. Em termos de energia não podemos viver em ciclos políticos de 4 anos e muito menos em ciclos orçamentais anuais. O poder político tem naturalmente toda a legitimidade para fixar regras, mas uma vez fixadas tem a obrigação de as manter. Esta tem sido uma área onde as políticas públicas têm tido alguma constância e esse é um património que não podemos desbaratar”.

Por último, o “desafio social. Não faremos a transição energética sem o apoio das pessoas e das populações onde estes projetos serão instalados. Temos de compreender e endereçar os seus anseios e os seus receios se não queremos que se desfaça o consenso que, apesar de tudo, tem existido em torno das renováveis”.

A elétrica também defende que Portugal, um país com fortes recursos solares e eólicos, deve-se bater pelas “interligações elétricas entre Espanha e França que nos isolam do resto da Europa”.

Já a Endesa Portugal também tem vindo a desenvolver vários projetos que a colocam no caminho da transição energética.

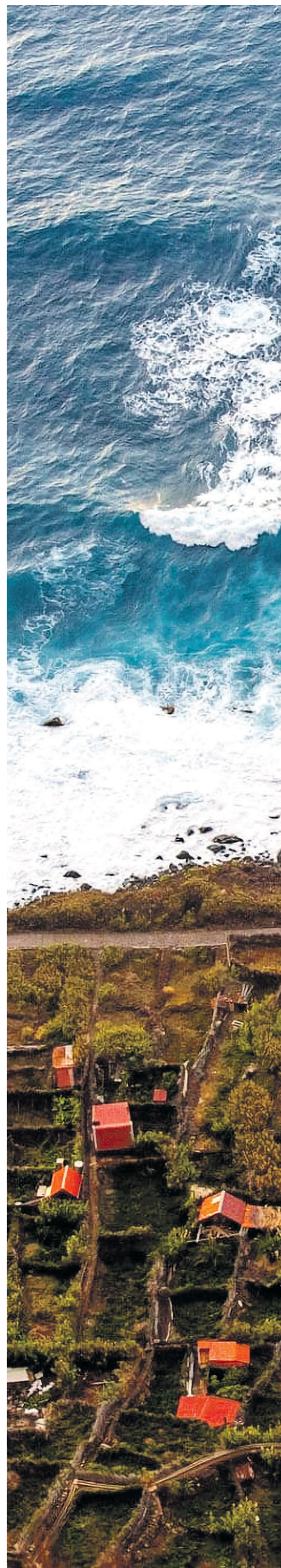
“A evolução do quadro legal e regulamentar, combinada com a dinâmica tecnológica do sector energético, convida à “hibridização” de múltiplas tecnologias renováveis para alcançar soluções



Pedro Almeida Fernandes
Diretor de produção
da Endesa Portugal



Pedro Norton
Presidente executivo
da Finerge





Alex Bykov/unsplash

100% renováveis, que sejam simultaneamente sustentáveis e seguras. Ao hibridizar tecnologias, aumentamos decisivamente a disponibilidade e fiabilidade no despacho da rede, bem como otimizar a utilização das redes e a ligação ao sistema eléctrico, o que enfrenta grandes dificuldades na resposta aos pedidos dos investidores”, segundo Pedro Almeida Fernandes, responsável pela produção na Endesa Portugal.

O responsável dá o exemplo do projeto Pego que nasceu do encerramento da central a carvão. Na nova versão, a Endesa vai combinar “365 MWp (megawatts pico) de energia solar fotovoltaica com 264 MW (megawatts) de energia eólica, em apenas 224 MW de ligação à rede, aos quais acrescentamos também 168 MW de baterias, bem como um electrolisador com uma capacidade inicial de 0,5 MW, o que nos permitirá atingir cerca de 6000 horas de produção, superiores ao funcionamento de qualquer central térmica convencional nos últimos anos”.

Em relação à componente de produção de hidrogénio verde, esta “trará novas opções de descarbonização aos nossos clientes, com particular importância para os usos industriais mais difíceis de electrificar, tais como processos térmicos a alta temperatura. A produção de hidrogénio verde por electrólise será, dentro de alguns anos, a forma mais competitiva de produção deste gás renovável, com a vantagem adicional de que, ao produzi-lo juntamente com activos renováveis, de uma forma distribuída por todo o território, será mais fácil atingir a procura final. E, por sua vez, reduzindo os custos logísticos e de transporte associados a este combustível”.

Pedro Almeida Fernandes sublinha a importância de uma “transição energética justa, não deixando ninguém para trás. De facto, uma transição justa para todos tem em conta, em particular, as necessidades das categorias sociais mais expostas à mudança, tais como as comunidades que baseiam a sua economia na extração de carvão. Estamos conscientes de que a transição energética não deve esquecer as comunidades que dependem dos combustíveis fósseis e estão em risco de pobreza energética”.

A Endesa Portugal destaca o “enorme impacto económico e social na região de Abrantes”: “envolvemos directamente todas as autoridades locais, criaremos 75 postos de trabalho, forneceremos cerca de 12.000 horas de formação com financiamento de 1 milhão de euros, desenvolveremos iniciativas agro-solares e ofereceremos apoio às PMEs locais e regionais”.

Este projeto irá “substituir os postos de trabalho perdidos na região devido ao encerramento da indústria do carvão. Simultaneamente, oferecendo uma possibilidade de requalificação profissional a todos os trabalhadores afectados pelo encerramento e também formando novos profissionais para o futuro do sector renovável”. ■

EVENTO

Desafios tecnológicos, burocracia, renováveis e perda de água em debate

A transição energética em Portugal e na Europa esteve em debate na conferência do sexto aniversário do Jornal Económico.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
BIANCA MARQUES
INÊS AMADO
amendes@medianove.com

A transição energética representa um desafio “tecnológico”. Neste momento, é preciso resolver “um conjunto de problemas” como o “armazenamento em ciclo longo”, disse o economista Eduardo Catroga durante a conferência do sexto aniversário do Jornal Económico.

No caso do hidrogénio verde, Eduardo Catroga também identificou desafios tecnológicos, em que a “variável de tempo vai ser determinante”. “A humanidade vai conseguir encontrar soluções tecnológicas competitivas, nomeadamente para o pilar de segurança energética, mas exige tempo”, afirmou o economista, defendendo que “sem investimento não há transição energética acelerada”.

As declarações do antigo ministro das Finanças tiveram lugar a 16 de setembro no evento organizado pelo JE durante o painel dedicado ao tema ‘Portugal, a Europa e a transição climática e energética’.

Presente no mesmo debate, o presidente executivo da Greenvolt defendeu a necessidade de acelerar as energias renováveis, mas alertou para os problemas de licenciamento. “As energias renováveis são baratas, em termos de custo, não obstante os custos de investimento. O problema é ter projetos aprovados. Quem os tiver ganha. Não é falta de dinheiro, mas de licenciamento”, afirmou.

Já o presidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) destacou que a guerra na Ucrânia veio acelerar a transição energética. “A Europa já percebeu há muito tempo que tem de diminuir a dependência de combustíveis externos. A guerra na Ucrânia veio revelar que a opção estratégica da Alemanha estava a ser mais lenta do que devia ser e tem de ser acelerada”.

Em relação a Portugal, defendeu o fim da dependência face ao exterior. “Não podemos suportar quatro mil milhões de euros de exportação de divisas em combustíveis fósseis”.

Sobre a subida dos preços de eletricidade, destacou que na Península Ibérica “não estamos a ver esses preços. Apostamos cedo nas renováveis. O preço da eletricidade em Portugal não se compara hoje aos outros países. Temos sete

mil milhões de euros de investimento em renováveis”.

Em relação à burocracia que envolve os processos de licenciamento, Nuno Lacasta disse que o “tema da burocracia é central. Temos de simplificar muito mais, temos de acelerar. 18% dos projetos que nos chegam às mãos estão mal instruídos. Temos de começar a desenhar mais cedo os projetos com os promotores. A APA está a promover um guia de licenciamento com os promotores”.

O presidente da Finerge Pedro Norton, por sua vez, sublinhou que o desafio “pela frente é brutal, mas Portugal tem estado na linha da frente, com objetivos claros. Temos ideias claras, pelo menos, objetivos. Vale a pena olhar para o que foi feito. Desde 2005, o paradigma no sector electroprodutor mudou completamente. Temos percorrido um caminho importante. Tem havido alguma constância de políticas públicas nesta matéria, e isso é muito positivo. Do ponto de vista tecnológico, há muitos desafios para resolver, mas nas tecnologias mais convencionais, o progresso é extraordinário. Tem havido do lado dos privados mobilização de recursos financeiros”.

Por seu turno, a presidente da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) Vera Eiró abordou as perdas de água na rede de distribuição: “Estamos aqui há uma hora, já se perderam oito piscinas olímpicas. Em situação de escassez é uma perda estratégica. A questão das perdas reais está enterada. O que temos de fazer é valorizar esta indústria. Estamos a pensar na necessidade de fazer investimentos na rede. Há um investimento de base que tem de ser feito. É preciso investimento e vontade política municipal. Temos de tornar isto uma prioridade nos municípios e de quem vota nas autárquicas. As perdas são reais”. ■



João Manso Neto
Presidente-executivo da Greenvolt

ESTRATÉGIA

Transição climática é prioridade para grandes empresas

Sonae, CTT, NOS e Altri têm estratégias consolidadas no combate às alterações climáticas e querem com as suas práticas influenciar toda a cadeia de valor. O JE foi conhecer as metas traçadas e as medidas para as atingir.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@medianove.com

Sonae, CTT, NOS e Altri operam em sectores de atividade diferentes, mas têm algo em comum, além da dimensão: aliam a inovação a práticas cada vez mais sustentáveis. Há muito que a retalhista, a empresa de correios, operadora de telecomunicações NOS e a produtora de pasta de papel e gestão florestal colocaram a sustentabilidade no centro das suas estratégias de desenvolvimento. Quais são as metas e as medidas para as atingir? Como avançam?

A Sonae integra há mais de duas décadas o World Business Council for Sustainable Development. “Todos os dias nos desafiamos a contribuir positivamente esse propósito e a construir um futuro melhor para todos”, afirma Sónia Cardoso, diretora de Sustentabilidade da Sonae, ao JE, salientando que “a proteção do planeta, e por conseguinte das pessoas, é uma prioridade estratégica”. A tal ponto o é que a empresa fixou a meta de atingir a neutralidade carbónica das operações até 2040, antecipando em 10 anos a data definida pela União Europeia. “Nos roadmaps que criamos, estabelecemos um objetivo intermédio que passa por reduzir em 54% as emissões próprias ainda nesta década, até 2030, face a 2018”, adianta.

Para cumprir esse propósito, explica Sónia Cardoso, a Sonae tem vindo a investir continuamente num “conjunto alargado de medidas de transformação”, onde se incluem o aumento do recurso a energias de fonte renovável nas operações, adquirindo ou produzindo localmente, a eletrificação da frota de veículos dos colaboradores e de serviço, o alargamento da rede de carregadores de veículos elétricos (em lojas e edifícios), um programa de substituição de equipamentos de climatização e de refrigeração mais eficientes, a ações de eficiência na iluminação.

Numa linha de continuidade da sua ligação histórica à floresta, a empresa tem em curso o Projeto Floresta Sonae, que visa a compensação da emissão de gases com efeito de estufa da sua frota de veículos para colaboradores e serviço, através da recuperação e conservação das florestas portuguesas.

Este objetivo também foi incorporado na gestão financeira do grupo ainda em 2020 e reforçado já em 2022, através de um conjunto de operações de refinanciamento



indexadas ao desempenho da Sonae em indicadores ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG), nomeadamente associados à redução das emissões de CO2 e à promoção da presença de mais mulheres em cargos de direção.

CTT: net zero até 2030

A emblemática empresa dos correios anunciou recentemente três metas ambientais a alcançar no curto prazo: operar já com 50% de veículos elétricos na última milha até 2025, promover o consumo responsável através do uso de 100% de embalagens recicladas e/ou reutilizáveis até 2030, e alcançar a meta de net zero até 2030. “Aliamos a inovação a práticas cada vez mais sustentáveis e temos três pilares fundamentais de atuação: Faster, Better, Greener”, (Mais rápido, melhor e mais verde), salienta Maria José Rebelo, Diretora de Sustentabilidade dos CTT, ao JE. A introdução no portefólio de serviços mais sustentáveis, que vão ao encontro das expectativas de clientes cada vez mais envolvidos com as questões ambientais, tem sido uma prioridade, diz-nos. Exemplos? As embalagens reutilizáveis destinadas aos clientes de e-commerce, que podem ser usadas até 50 envios, às quais se

junta a oferta do Correio Verde, que possibilita a opção por envios em embalagens, saquetas e envelopes, tudo produzido com papel e cartão reciclados e tintas de impressão menos poluentes.

No campo da economia circular que os CTT promovem, Maria José Rebelo aponta um exemplo interno: “Com a ajuda de todos os colaboradores, transformamos máscaras de Covid-19 em novos produtos, totalmente reciclados, como enfeites de Natal e cabides”.

A diretora de Sustentabilidade revela ainda que foi testado com sucesso, em algumas lojas CTT, um novo conceito de utilização de farras de papel 100% recicladas para serem utilizadas no enchimento e

Com a ajuda de todos os colaboradores, os CTT transformaram máscaras de Covid-19 em novos produtos, totalmente reciclados, como enfeites de Natal e cabides

envio de objetos postais, já disponível em alguns pontos do País.

De salientar ainda a frota de mais de 400 veículos totalmente elétricos, o que permitiu inaugurar este ano cinco Centros de Entrega verdes: Arroios, Junqueira, Cascais e ilhas de Porto Santo e Graciosa.

NOS: reduzir emissões

“A empresa ambiciona liderar, de forma inequívoca, no combate às alterações climáticas e na utilização circular de recursos, influenciando positivamente toda a cadeia de valor”, afirma Maria João Carrapato, diretora de Relação com Investidores & Sustentabilidade, ao JE. Em dezembro de 2021, a NOS viu as suas metas de redução de emissões aprovadas pela organização internacional Science Based Targets initiative (SBTi). Estas metas incluem a redução, até 2030, de 90% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) na sua operação própria e em 30% na cadeia de valor, em relação a 2019.

São várias as iniciativas em curso. Maria João Carrapato revela, por exemplo, que, desde o início deste ano, 100% da eletricidade consumida na operação da NOS tem certificação de origem renovável, estando em curso a eletrifica-

ção total da frota automóvel até 2030. Um projeto de reflorestação do interior devastado pelos incêndios compensa as emissões que ainda não consegue evitar na frota. De referir a implementação de um programa de eficiência energética da infraestrutura técnica de telecomunicações, que passa entre outras medidas, pela modernização integral da rede de acesso móvel, cujo resultado, segundo Maria João Carrapato, reflete-se, “de forma visível, no consumo global de energia por tráfego de dados: entre 2015 e 2020 este indicador registou uma redução de 80%”. “A NOS — afirma — quer ser um agente ativo na transição climática da economia portuguesa e a liderança no 5G irá permitir alavancar a transformação digital da sociedade”.

Altri e as biofábricas

A sustentabilidade está no ADN da Altri e “ocupa lugar central nas decisões tomadas a todo o momento”, diz fonte do grupo ao JE. Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, mais relevantes para o Grupo está o da Ação Climática. “Pretendemos, neste âmbito, alcançar uma redução de 60% das emissões específicas de gases com efeito de estufa de âmbito 1 e 2, e em 30% nas de âmbito 3”, adianta.

As medidas em curso no grupo multiplicam-se. Apenas três exemplos. Tomando como prioridade a redução do consumo de energia, a par da diminuição da dependência de energia fóssil, “a Celbi, Caima, Biotek e Altri Florestal têm vindo a implementar medidas no sentido de uma maior eficiência, isto ao mesmo tempo que substituem as fontes de energia, procurando soluções limpas”. Resultado? Em 2021, “90% da energia consumida nas suas várias biofábricas foi de origem renovável”. O objetivo último, adianta a empresa é que “a energia primária consumida nas suas unidades industriais seja 100% de origem renovável, a prazo, permitindo mais rapidamente atingir a desejada neutralidade carbónica”.

Com o fito de atingir a neutralidade carbónica o mais rapidamente, foi anunciado já este ano um investimento de 40 milhões de euros na Caima, uma das três unidades de produção em Portugal. Uma última palavra para a introdução de máquinas agrícolas que recorrem à tecnologia híbrida para reduzir o consumo de combustível e, assim, as emissões de gases poluentes para a atmosfera. ■

A química pode salvar o nosso planeta

A **Madoqua Ventures** é uma empresa focada na transformação industrial, que desenvolve projetos de descarbonização baseados na tecnologia **Power-2-X** para criar e-fuels e e-fertilizantes.

A sustentabilidade ambiental é o cerne da nossa mentalidade de desenvolvimento.



www.madoquaventures.com
info@madoquaventures.com
Tel.: +351 917 777 657



JE TALKS

Projetos de transição vão sofrer com efeitos da crise

Os processos de transição climática em curso já estão a sofrer soluços no atual cenário macroeconómico e há lições a tirar. “Tudo vai custar muito mais do que se pensava”, garante o CEO da Madoqua Renewables ao Jornal Económico.

JOÃO SANTOS COSTA
jcosta@medianove.com

Os projetos de transição climática em curso deverão atrasar-se ou sofrer com custos acrescidos derivados do atual cenário macroeconómico. O alerta é lançado pelo CEO da Madoqua Renewables, Rogaciano Rebelo, que falou ao Jornal Económico na mais recente JE Talks. O responsável recorda que empresas e países estão a somar à fatura pandémica os custos de uma guerra em solo europeu para explicar que falar deste tema é, “obviamente, um desafio enorme”, mas sublinha que ainda assim há “muito trabalho a fazer”.

A empresa integra o consórcio internacional Madoqua Power 2x que tem um projeto de mil milhões de euros para produzir hidrogénio verde e amoníaco de origem renovável em Sines.

É certo que o conflito na Ucrânia, depois da invasão russa em fevereiro deste ano, veio evidenciar a sobredependência energética de vários países do gás natural proveniente da Rússia. Mas mesmo sem este factor em consideração, há

outros efeitos macroeconómicos que entram jogo. “A subida do custo de vida, a inflação... Vamos ter de ver o impacto que tudo isto vai ter nos processos de transição climática”, garante, não escondendo que esse mesmo impacto “não vai ser fácil” de digerir.

“Estamos a desenvolver projetos há dez anos”, recorda o líder da empresa de renováveis, que neste compasso de meses viu alguns preços duplicar - um fenómeno que classifica como “surreal”, e que não é isento de efeitos na própria empresa e, por arrasto, no restante sector. “O nosso custo de vida também está a aumentar, os nossos empregados estão a ser pressionados para pagar mais [no supermercado] pela mesma quantidade que compravam antes”, salienta. Este impacto que já se arrasta às folhas de pagamento “só vai aumentar”, sublinha.

O CEO da Madoqua Renewables diz ainda que já existem vários projetos em curso e outros tantos pensados entre 2023 e 2025, “que têm que ser construídos e desenvolvidos”, mas o atual cenário deixa a antever que “infelizmente, tudo isto vai custar mais

do que se pensava”, desde logo pelos custos energéticos. Custos estes que, apesar de o próprio acreditar que venham a descer, nunca vão voltar ao valor inicial. “Isto vai baixar”, defende, “mas não para o que era antes”, reforça. De acordo com Rebelo, caminhamos para um “novo nível”.

“Quando analisamos um aumento de um preço ou um aumento de qualquer coisa na economia”, explica, “nunca baixa para o nível que era antes”. E isto aplica-se a preços, a juros, ou à inflação. O conselho que deixa às empresas é um e é simples: preparem-se e antecipem esta realidade. “Vai haver sempre um novo standard - e é o que estamos a viver agora”, considera ainda.

Mas exigir (e financiar) processos de transição climática às empresas neste contexto requer por parte dos governos um acompanhamento rigoroso, para que não se fure os pneus ao carro quando este acaba de sair do stand. “As empresas portuguesas e as empresas mundiais têm a mesma pressão para mudar e começar a transição. E se uma empresa não começou ainda a transição energética, vai sentir essa pressão ainda mais”, alerta o CEO.

Há empresas que simplesmente poderão não sobreviver a esta exigência, diz. Em Portugal, concretamente, identifica alguns problemas, mas mostra-se confiante numa nova geração de talento.

“Só agora a nova geração está a

pensar neste assunto, nas novas tecnologias e processos e a pensar mais sobre o clima”, considera Rogaciano Rebelo. “Antes não havia tanto foco, mas isto vai levar um bocadinho de tempo.”

Tempo esse que, dadas as metas estabelecidas, parece escasso, mas é precioso. “Estes [próximos] cinco anos vamos ter de perder muito esforço a reorganizar a forma como estamos a pensar e a fazer as coisas”, avisa, lembrando que “ninguém sabe” qual será o verdadeiro impacto dos próximos meses.

“Estamos ainda à procura de respostas para tudo o que está a ocorrer e todas as dificuldades que temos à nossa frente estão a chegar ao mesmo tempo. Não nos dão espaço para pensar e tratar um de cada vez. Este é o problema. As empresas que já receberam apoio do PRR fizeram várias coisas para ser resilientes com este tipo de situações macroeconómicas, mas isto não vai ser a solução global”, alerta Rogaciano Rebelo.

A estratégia do país e das empresas, acrescenta, deve passar pela auto-suficiência e resiliência. ■



Assista à Talk na JETV,
a plataforma multimédia
do Jornal Económico

FÓRUM

Sistema financeiro responde ao desafio da transição climática

É consensual entre os principais players do sistema: os bancos têm um papel fundamental enquanto parceiros dos seus clientes na jornada da transição climática. Um desafio que é em si mesmo uma oportunidade. **ALMERINDA ROMEIRA**

1. Qual a importância do sistema financeiro e dos bancos em particular para fomentar a transição climática?
2. Em que medida o PRR vai ser importante nos próximos anos para fomentar a transição climática?



MIGUEL MAYA
CEO
do Millennium bcp

1 O Millennium bcp já assumiu perante a sociedade portuguesa que seria protagonista no processo de transição energética e que o faria através de alterações à sua política de crédito, do desenvolvimento de capacidades de assessoria aos clientes, mas também, porque sabemos a importância do exemplo, de alterações às suas práticas e atuações. Temos uma oportunidade única para acelerar o processo de descarbonização e mitigar os impactos das alterações climáticas. Não podemos, como sociedade, ignorar ou abdicar deste esforço, e seguramente as gerações futuras não nos vão perdoar se não nos empenharmos agora. O Millennium tem um papel importante nesta evolução, que estamos a assumir na inovação e disponibilização de soluções e produtos aos Clientes, contribuindo proativamente para o conhecimento dos riscos específicos e de transição e, dessa forma, desempenhando uma função relevante no combate às alterações climáticas e na melhoria da qualidade de vida das pessoas. E porque sabemos a importância do exemplo, estamos igualmente empenhados em alterar as nossas práticas e atuações. A utilização apenas de eletricidade 100% verde, em todas as sucursais e edifícios do Banco em Portugal desde 2021, e a mais recente decisão de desligar os letreiros iluminados nas sucursais, sinalizam bem a importância que damos aos aspetos relacionados com estes temas ESG (Environmental, Social and Governance).



ROGACIANO REBELO
CEO Development & Infrastructure
Management da Madoqua Renewables

1 A indústria bancária e o sistema financeiro têm um papel crucial a desempenhar na afetação de capital e investimento para a

transição climática. Ião descarbonizar indiretamente a economia atraindo investimento em indústrias intensivas em carbono para empreender atividades menos intensivas em carbono e promover alternativas e tecnologias de baixo carbono. Precisamos de 6,2 triliões de euros de investimento até 2030 para limitar o aquecimento do planeta a 2º Celsius.

2 O PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e as Agendas Mobilizadoras permitiram a vários tipos de empresas desenvolver novos processos e serviços a fim de construir uma certa imunidade ao choque económico. O actual programa de PRR surgiu devido à pandemia do Covid - 19. Agora temos uma crise fundamental do custo de vida que se está a formar em toda a Europa devido aos elevados preços da energia e Portugal não está imune a isso. A energia é um dos principais recursos que tem impacto em tudo, desde a produção de alimentos, até à logística, transporte, renda, qualidade de vida, etc. Vamos precisar do PRR e de muito mais para superar esta intensa crise provocada pela guerra russo-ucraniana. Não temos o luxo de ir para a reabilitação do nosso vício em carbono, pelo que necessitamos de uma dosagem de PRR alargada para nos desabitarmos do uso da energia de base fóssil / carbono.



PEDRO GOUVEIA ALVES
Presidente da ASFAC - Associação das
Instituições de Crédito Especializado

O sistema financeiro é incontornável como indutor de um quadro de aplicação dos princípios de sustentabilidade ESG (Ambiente, Social e Governança). Isto porque é responsável pela intermediação financeira, e em concreto, pelo apoio à tesouraria e investimento das empresas. No caso dos particulares, é igualmente responsável pelo crédito aos consumidores, em grande medida nas finalidades habitação e consumo. Em concreto, no que respeita à aferição do risco ambiental, trata-se de uma matéria relativamente recente na avaliação de risco de crédito, mas que se reveste de particular importância para a atividade de financiamento especializado. A finalidade do

crédito conta cada vez mais para a avaliação desse risco. No que respeita aos segmentos de particulares, por exemplo, para a finalidade aquisição de automóvel, começa a haver trabalho desenvolvido pelas Instituições no sentido de adequar a análise de risco ao impacto ambiental do colateral (bem afeto ao financiamento). Há já Instituições que diferenciam, por via do preço (taxa de juro), a aquisição de viaturas elétricas ou eletrificadas, face a veículos com motor a combustão de energia fóssil, uma vez que o risco de obsolescência do bem é diferente podendo o valor da garantia degradar-se mais rapidamente. Também no caso do financiamento de equipamentos para empresas, começam a ser tidas em conta as características técnicas dos bens quanto ao desempenho energético e à sua conformidade com a regulamentação aplicável quanto à emissão de dióxido de carbono. A adicionar aos exemplos práticos descritos, cresce, na gestão das Instituições, a consciência sobre a aplicação dos vetores de sustentabilidade. A tendência internacional no sector caminha no sentido de incorporar sistemas de avaliação de cumprimento de práticas de gestão sustentáveis por parte dos clientes, nomeadamente empresas. cremos que estas práticas tenderão a "obrigar" os atores económicos a adotar políticas de gestão que preencham os requisitos nos vetores ESG.



MIGUEL LOURENÇO
Commercial Director
Industrials da Fusion Fuel



JOÃO DELGADO
Senior Business
Developer da Fusion Fuel

1 O sistema financeiro como um todo, tem um papel fundamental a desempenhar. Primeiramente pela alavancagem que podem e devem trazer ao investimento público. E de seguida, e aqui mais a banca, pelo papel de

mediação e distribuição mais fina desses fundos junto das entidades que fomentam directamente a transição, aos mais variados níveis de investigação e de desenvolvimento de projectos, iniciativas e/ou tecnologias. O sucesso no desempenho destas funções está umbilicalmente ligado a uma real exigência que se impõe a todo o sistema financeiro, e que passa pela necessidade de se educar e aprofundar os conhecimentos e os desafios que esta transição levanta. Só assim haverá uma realista assunção de riscos, necessidades e apostas em jogo. Um nível de conhecimentos insuficiente, a par de um comportamento tradicionalmente mais conservador, característico ao nível europeu, de grande parte dos actores financeiros, pode levar a que a ligação entre o mercado de capitais e as necessidades reais e presentes e futuras no terreno, falhe ou seja incorrectamente temporizada. Tal terá como consequência a inviabilização ou eventuais atrasos em iniciativas e projectos planeados, a iniciar ou em curso, num esforço que deverá ser colectivo e no qual a humanidade não se pode dar o luxo de falhar.

2 O PRR vai alocar mais de 3 mil milhões de financiamento para projetos de investigação, inovação e investimento produtivo que promovam a transição climática. No caso do hidrogénio verde e da Fusion Fuel, o PRR suportará o desenvolvimento da nossa tecnologia proprietária de produção de hidrogénio verde, produzida em Portugal e com elevado potencial de exportação, mas também alavancar a construção de centrais pioneiras de produção de hidrogénio verde usando a nossa tecnologia, permitindo a descarbonização industrial e de mobilidade em Sines, Azambuja e Elvas. Concluindo, este apoio permitirá o arranque de uma nova economia do hidrogénio verde, integrando assim mais fontes de energia renovável e reduzindo gases de efeito de estufa, mas também aumentar as exportações nacionais, seja através de tecnologia e serviços de empresas portuguesas, seja através da exportação do hidrogénio verde para países com largas necessidades de consumo.



PEDRO LEITÃO
Presidente da Comissão Executiva
do Banco Montepio

1 A evolução para uma economia mais sustentável e capaz de se adaptar às crescentes ameaças físicas tem vindo a inscrever os riscos climáticos e ambientais, prospectivos, nas prioridades estratégicas da governança das instituições financeiras, mais expostas aos riscos de transferência por via de receitas de empresas integradas em indústrias com utilização intensiva de energia. A transição climática a que assistimos assenta numa requisição energética sem precedentes que impõe, por sua vez, uma capacidade de transformação apenas possível se existirem instrumentos de investimento e financiamento adequados para sustentar o equilíbrio económico e financeiro na gestão corrente das empresas. A banca é um protagonista privilegiado na fundação desta mudança de larga escala, profundamente reestruturante para a economia nacional e global no que concerne aos instrumentos de financiamento, mas, também, no que respeita à literacia e formação para as matérias de Sustentabilidade e de ESG sobre as quais as PME serão chamadas a reportar desempenhos. Também as entidades da economia social estão sujeitas aos grandes desafios energéticos e à adaptação a novos critérios de desempenho que vão para além da matriz social, ajustando novos referenciais de governação e ambiente às prioridades da gestão. Quer a conjuntura atual venha a determinar um adiamento temporário da transição para uma economia de baixo carbono – opção indesejável face ao compromisso de neutralidade carbónica assumido pela Europa (e por Portugal) -, ou continue a acelerar a mesma através da inovação digital e tecnológica, a reorientação em curso dos investimentos imporá à indústria financeira a responsabilidade de “não deixar ninguém para trás”, conforme a Agenda 2030 das Nações Unidas, e de assegurar o cumprimento do princípio “Do No Significant Harm” (“DNSH”) inscrito na Taxonomia europeia e indissociável das metas do Acordo de Paris. Sustentar a evolução climática, associa a Banca a incentivos de financiamento e retorno, à retenção

Especial Líderes da Transição Climática

de clientes e negócios com risco potencialmente menor, facilitando a transição das empresas para cenários mais favoráveis à redução de custos operacionais, à melhoria contínua e conformidade com quadros regulamentares e normativos setoriais.

2 Quatro grandes riscos, interdependentes, foram identificados pelo Banco Central Europeu (BCE) para os próximos anos: o risco de crédito, a digitalização, a cibercriminalidade e as alterações climáticas. Abordar os desafios ambientais, por via da adaptação, da mitigação ou do combate às alterações do clima depende de um crescimento económico sustentável que permita assegurar a capacitação, valorização e evolução das micro, pequenas e médias empresas que asseguram o cumprimento estimado de 60% dos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável à escala global. Temos um tecido empresarial composto por 99,9% de micro e PME, decisivo para assegurar os compromissos assumidos pelo Estado Português em termos de ambiente e clima, neutralidade carbónica e economia circular, mas que apresenta fragilidades quanto ao conhecimento e aplicação de processos ou modelos produtivos e distributivos vinculados a metas ambientais por parte das empresas. Um desafio que é também uma necessidade que urge suprir e para a qual o acesso a linhas de crédito é fundamental. O setor bancário, por si só, não é suficiente para o financiamento climático e o Pacto Ecológico Europeu veio reforçar a necessidade de acelerar a mobilização de fluxos financeiros e capital privado para a recuperação pós-pandémica, numa ótica de resiliência, económica, social e territorial, e de crescimento sustentável e inclusivo. A urgência em acelerar reformas estruturais capazes de alavancar a dupla transição climática e digital, e de construir resiliência a choques externos, enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) como um instrumento pioneiro e estratégico de política pública nacional orientado para ajudar à recapitalização das empresas, afetadas pela pandemia da COVID-19 ou carecidas de desenvolvimento ou consolidação. Todos os contributos serão necessários para que Portugal alcance a neutralidade carbónica em 2050. A utilização responsável de recursos e fontes renováveis, a ecoeficiência e a adoção de modelos de economia circular, dependem de alterações significativas na forma como são utilizados e geridos no final do seu ciclo de vida, bem como dos comportamentos e hábitos de consumo.



LUÍSA SOARES DA SILVA
Administradora
do Novo Banco

1 Os bancos têm um papel fundamental enquanto parceiros dos seus clientes na jornada da transição climática. A evolução deste processo e atividades adjacentes, representam várias

oportunidades para o setor financeiro que será peça fundamental para a prossecução dos Planos de Ação Europeus e nacionais para o clima, que exigem um sistema financeiro que apoie a agenda climática e o desenvolvimento sustentável com vista à reorientação do capital privado para a transição verde. Os bancos deverão estar ao lado dos seus clientes, apoiando o desenvolvimento de modelos de negócio e processos de produção sustentáveis, mais competitivos e com maior capacidade de responder a possíveis choques e riscos, promovendo uma robusta análise dos riscos e impactos dos fatores ambientais, sociais e de governação, colaborando e desafiando os seus clientes nesta jornada. Este apoio reflete-se, entre outros, na componente da oferta de produtos de financiamento alinhados com os principais objetivos ambientais definidos pela Comissão Europeia, como por exemplo, projetos que promovam a mitigação e a adaptação às alterações climáticas, a utilização sustentável dos recursos hídricos, a transição para uma economia circular, entre outros. Mas os desafios para o sistema financeiro não se limitam à oferta de produtos de financiamento. Terão reflexos também na relação dos bancos com os seus clientes, estabelecendo os critérios da Taxonomia Europeia enquanto sistema de classificação e de linguagem comum para as finanças sustentáveis, promovendo nos gestores de ativos e investidores institucionais a incorporação de critérios de sustentabilidade nas suas políticas de investimento, recolhendo e incorporando na oferta de investimento a pequenos investidores as suas preferências em matéria de sustentabilidade, e reforçando as obrigações de reporte e divulgação de dados de sustentabilidade dos bancos.

2 O Plano de Recuperação e Resiliência pretende suportar e implementar um conjunto de investimentos no país, até 2026, promovendo o crescimento nacional sustentado e a convergência com a Europa, tendo como orientação um conceito de sustentabilidade inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. As medidas são dedicadas transversalmente a toda a sociedade, desde empresas, famílias, escolas, autarquias, entre outras entidades, e através de eixos concertados como a transição verde, a transformação digital, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo a coesão económica. Um dos principais pilares do Programa é exatamente a transição climática, que representa 18% da totalidade dos destes fundos (cerca de €3 mil milhões), e pretende canalizar investimentos que contribuam para que Portugal atinja a neutralidade carbónica em 2050. Estes programas promovem o investimento em projetos alinhados com os objetivos da sustentabilidade como a eficiência energética dos edifícios ou a transição energética por via do apoio às energias renováveis, mas também a descarbonização do setor industrial e empresarial e a promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos, contribuindo para acelerar a transição para uma economia neutra em carbono e, ao mesmo tempo, para promover a competitividade da indústria e das empresas.



INÊS OOM DE SOUSA
Responsável pelo ESG no Santander
a nível da Europa e presidente
da Fundação Santander Portugal

1 Os bancos têm uma importância fundamental, uma vez que somos um motor de desenvolvimento da economia. A transição climática é inevitável. É um grande desafio, mas acima de tudo uma enorme oportunidade. Queremos naturalmente entregar valor aos nossos acionistas, mas temos o firme propósito de apoiar os nossos clientes neste caminho. Não escondo o meu orgulho em podermos dizer que somos líderes no financiamento de grandes projetos de energias renováveis em Portugal e estamos a alargar significativamente a oferta de produtos com critérios claros no que diz respeito ao ambiente, às questões sociais e de governança, ao que costumamos internacionalmente chamar ESG. A integração dos critérios ESG em toda a nossa atividade é um grande desafio, tal como as alterações climáticas que são uma emergência global. Temos de fazer as coisas mais rapidamente, para reduzir as emissões de carbono e evitar danos irreparáveis no nosso Planeta para as atuais e para as futuras gerações. Estabelecemos 11 objetivos de Banca Responsável que refletem o nosso compromisso de contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Alinhámos a nossa carteira para cumprir com os objetivos do Acordo de Paris e, só para dar um exemplo, deixaremos de financiar em todo o mundo, até 2030, as minas de carvão com finalidades energéticas e os produtores de energia elétrica cujas receitas provenientes do carvão sejam superiores a 10%.

2 O Plano de Recuperação e Resiliência está estruturado em três grandes dimensões: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital. No que diz respeito à Transição Climática, o PRR congrega um conjunto de investimentos que o país terá de concretizar com o objetivo de atingir, até 2050, a neutralidade carbónica, sintonizando-se com o Pacto Ecológico Europeu, tendo em conta três grandes prioridades. Como primeira prioridade, temos a redução da emissão de gases de estufa entre 45 a 55% até 2030. Por outro, a incorporação de 47% de fontes de energia renovável no consumo final bruto – e, finalmente, a aposta na eficiência energética que possibilite uma redução de 35% de energia primária. O Banco Santander está plenamente sintonizado com estas prioridades e a Fundação Santander Portugal pretende apostar claramente no desenvolvimento de programas e iniciativas que promovam esta mesma estratégia de transição climática junto das pessoas e das empresas. Esta transição climática pode e deve ser economicamente viável: ser amigo do ambiente não quer dizer ser inimigo do desenvolvimento económico. Bem pelo contrário. Por exemplo, num País com as condições naturais que nós temos seria um crime não apoiar de forma

clara o desenvolvimento de uma economia do mar, que possa ser mais competitiva e mais inclusiva, promovendo a empregabilidade, o uso de tecnologias digitais e uma maior sustentabilidade. É isso que estamos a fazer. Podemos e devemos promover cada vez mais a economia circular. Só para dar mais um exemplo, apoiamos os investimentos das empresas que envolvem melhorias ambientais, desde a fase de redesenho dos produtos até aos processos de produção, pensando sempre na racionalização dos materiais utilizados, incluindo a reciclagem depois da utilização pelo consumidor final.



JOÃO TOMAZ
Head of Prudential, Financial Markets
and Sustainability da Associação
Portuguesa de Bancos (APB)

1 À medida que nos vamos confrontando com as consequências catastróficas das alterações climáticas, torna-se imperativo a adoção de medidas que assegurem esperança para as gerações futuras. Nos últimos anos, o tema do financiamento sustentável - na dupla dimensão de sustentabilidade financeira e de integração de fatores ambientais, sociais e de governação (ESG) - ganhou uma importância expressiva, sobretudo após a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a assinatura do Acordo de Paris, e a publicação do Plano de Ação europeu “Financiar um crescimento sustentável”. Embora a ação climática exija a mobilização de esforços a nível global, importa ter presente que nesta corrida, em que todos ganham, Portugal e a Europa foram, respetivamente, o 1.º País e o 1.º Continente do mundo a assumirem o compromisso com a neutralidade carbónica até 2050. Tal implicará um nível de investimento sem precedentes ao longo das próximas décadas. Estima-se que Portugal será o país da Zona Euro onde o nível de investimento associado à transição climática terá de ser maior em termos relativos (cerca de 7% do PIB, por ano, até 2030), com cerca de 4/5 desse investimento a ter de ser assegurado pelo setor privado. O setor bancário nacional irá desempenhar um papel determinante na prossecução da agenda da sustentabilidade, estando já fortemente empenhado nesse propósito, o que se materializa, por exemplo, na integração de fatores ESG na estratégia global, na definição de metas em termos de carteira de crédito e de investimento, na gestão de riscos ESG, no lançamento de linhas de crédito específicas (dedicadas à descarbonização e economia circular, à eficiência energética e ao apoio à transição), na estruturação de operações indexadas a objetivos de sustentabilidade (programas de papel comercial, obrigações verdes e sustainability linked), no lançamento de fundos ESG, na

seleção de fornecedores, e no vasto trabalho desenvolvido, em estreita cooperação com clientes e restantes stakeholders, com vista a ultrapassar os significativos desafios que ainda persistem. Na qualidade de parceiro da Net-Zero Banking Alliance (NZBA), a Associação Portuguesa de Bancos (APB) saúda os progressos já registados e reitera a importância da transição para uma economia tendencialmente descarbonizada.



CLÁUDIA TEIXEIRA DE ALMEIDA
Diretora Executiva, Direção
de Marketing de Empresas
e Institucionais do BPI

1 O BPI, a par das restantes instituições financeiras, desempenha um papel central na prossecução de uma visão de longo prazo para o desenvolvimento mais sustentável da sociedade portuguesa. Para tal, o Banco tem vindo a integrar os fatores ESG (Environmental, Social and Governance) na sua gestão corporativa e desenvolvimento do negócio. Com tal, o BPI definiu o seu Plano Diretor de Sustentabilidade 2022-2024 que reforça esse compromisso com a economia e a sociedade, com o objetivo de, não só apoiar a transição sustentável de empresas e particulares, mas também liderar em impacto social positivo e nas melhores práticas de governação. Entre as metas definidas para 2024, o BPI propõe-se alcançar 4 mil milhões de euros em volume de negócios sustentável. Nessa matéria, no primeiro semestre de 2022 o BPI reforçou a oferta sustentável direcionada a Particulares e Empresas, com o lançamento de novos produtos e apoio em operações de dívida sustentável. Destaque para a linha de financiamento de 500 milhões de euros que pretende apoiar as empresas na transição para a sustentabilidade, financiando PME que privilegiam fatores ESG na sua estratégia e/ou nos seus investimentos. Paralelamente, o BPI e o seu acionista CaixaBank formalizaram algumas das principais operações de financiamento sustentável – green bonds, obrigações Sustainability-Linked, Programas de Papel Comercial, etc. - em Portugal: EDP, NOS, Sonae, BA Glass, Corticeira Amorim, Navigator, Lusiaves.

2 Existem quase 9 mil milhões de euros em fundos europeus – PRR e Portugal 2030 - para apoiar a transição climática. (3.1 MM euros no PRR; 5.4 MM euros no PT20|30). As empresas que iniciarem desde já esta transição de uma forma estruturada terão uma vantagem competitiva, nomeadamente na captação de investimentos e no relacionamento com Fornecedores e Clientes. Com oferta específica e uma prestação de serviços de forma especializada e segmentada, o BPI está preparado para apoiar as empresas neste processo de transição sustentável, apresentando um portefólio de soluções competitivas e aconselhamento especializado.